

Pronunciamento do Ministro Interino da Indústria, do Comércio e do Turismo

Paulo Jobim Filho

Cumprimentos.....,

Contexto Econômico Interno

É para mim um privilégio participar deste III Seminário Internacional de Direito da Concorrência, em boa hora promovido pela FGV, pelo IBRAC, CADE e pela OECD e pelo Banco Mundial.

Poucas vezes na história do Brasil foi tão intensa, como nos últimos anos, a densidade das transformações por que passa a economia e a sociedade brasileira. Dai a importância de sediarmos um seminário internacional do porte do que ora se realiza, oportunidade ímpar para refletirmos sobre as questões de competitividade e concorrência dentro de um quadro que se convencionou chamar de globalização da economia.

A revisão do papel do Estado, a abertura do mercado, a integração regional no continente, a reestruturação industrial e as privatizações, são fatos que configuram uma profunda ruptura com o passado.

As novas condições em que opera a economia brasileira, especialmente o alcance da estabilidade, abrem perspectivas para um desenvolvimento sustentável a longo prazo e ampliam as possibilidades de correção de nossos históricos contrastes sociais e regionais. No Brasil convive, hoje, um grande país industrial de quase 80 milhões de habitantes, com uma renda per capita superior a US\$ 8.000, e um país pobre, de outros 80 milhões, com uma renda de apenas US\$ 1.250.

Isto eleva as responsabilidades da classe política e dos governantes de nosso país, no tocante à continuidade das reformas estruturais e à implementação de políticas adequadas para o aproveitamento das oportunidades que se abrem.

O estabelecimento dos requisitos estruturais para viabilizar este novo padrão de desenvolvimento constitui uma das principais missões deste Governo. Sem descuidar do empenho permanente para a consolidação da estabilização, o momento é, portanto, de redobrar esforços para uma aceleração em bases sadias do crescimento econômico.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso teve o mérito de atacar o primeiro e mais grave de nossos problemas, o descontrole inflacionário. Nada de importante poderia ter sido feito para o aumento da

produtividade e competitividade da economia brasileira, se a estabilidade monetária não houvesse trazido de volta a noção de preços relativos e de cálculo econômico.

Existe uma clara elevação no grau de confiança no futuro da economia do país, evidenciada pela retomada dos investimentos.

Os investimentos globais programados, nacionais e estrangeiros, no setor industrial, alcançam US\$ 94 bilhões no período 96/2000. Considerando-se as inversões em infra-estrutura, energia, transporte, comunicação e saneamento, este montante poderá alcançar US\$ 250 bilhões.

A taxa de investimento em relação ao PIB, que em 1994 estava em 15,3%, chegou a 16,5% em 1996. A meta do Governo é de que, com a abertura da economia e o montante dos investimentos programados, possamos atingir a 21 % em 1999.

Os investimentos diretos externos vem sendo estimulados pelos novos parâmetros da economia brasileira e pelas alterações na Constituição que retiraram o tratamento discriminatório contra empresas de capital estrangeiro e eliminaram monopólios estatais em diversos setores. Esses investimentos alcançaram, no ano passado, a cifra recorde de US\$ 9 bilhões, podendo atingir neste ano a US\$ 16 bilhões.

O programa de privatizações é um sucesso. 52 empresas foram privatizadas nos últimos 6 anos, totalizando US\$ 13,6 bilhões de investimentos do setor privado. Já foram privatizadas todas as empresas de siderurgia, petroquímica e fertilizantes.

Estima-se que em 97 o programa de privatizações irá produzir uma receita de no mínimo US\$ 10 bilhões. Até o final de 1998, 20 empresas elétricas e 31 portos serão transferidos para o setor privado, incluindo-se aí os de Santos e do Rio de Janeiro.

Cabe mencionar também as privatizações do setor de telecomunicações mais especificamente as do segmento de telefonia. O setor tem um potencial de expansão gigantesco. Estamos falando de um mercado consumidor de 40 milhões de famílias e mais de 5 milhões de empresas, um mercado no qual a relação telefone/ habitante é de apenas 7 para grupo de 100. Os investimentos em telefonia móvel e fixa irão requerer um volume de recursos de mais de R\$ 90 bilhões até o ano de 2003.

Setor Externo da Economia

No âmbito do setor externo da economia brasileira, um fato notável nos últimos anos foi a sua rápida inserção no sistema internacional. Esta integração apresenta múltiplas dimensões.

A mais visível está no grau de abertura da economia, isto é, a relação entre o volume do comércio exterior e o PIB. Este índice cresceu de 12% em 1990 para 17% em 1996.

Outra dimensão do fenômeno está na crescente participação do capital estrangeiro para a ampliação e modernização do parque produtivo brasileiro. Hoje, 380 das 500 maiores empresas mundiais estão instaladas no Brasil, e os investimentos diretos, como já mencionei, continuam crescendo aceleradamente.

Finalmente, a maior inserção do Brasil no sistema internacional está refletida na ampliação de nossos compromissos em fóruns multilaterais de comércio e de integração regional, entre eles a OMC, a OMPI e o Mercosul.

A rápida abertura do mercado brasileiro mudou, como era esperado, o perfil da balança comercial, que passou de uma situação superavitária, no início da década, para um déficit no ano passado.

Convém lembrar que desequilíbrios dessa ordem são naturais no atual estágio do processo de estabilização.

Em primeiro lugar porque as importações tendem a aumentar rapidamente pelo estímulo às compras de equipamentos, bens de capital, matérias primas e bens intermediários, que representaram mais de 70% do total da pauta em 1996.

Inversamente, as exportações reagem de forma mais demorada, como é natural, por duas razões: por depender de modificações estruturais no aparelho produtivo e porque o aumento do poder de compra num grande mercado interno como o brasileiro, o que ocorreu após o Real, resultou em pouco interesse em exportar.

Como resultado, as importações brasileiras entre 1990 e 1996, passaram de US\$ 20,5 bilhões para US\$ 53,3 bilhões, enquanto que as exportações saíram de US\$ 31 bilhões para US\$ 47,7 bilhões, resultando num déficit de US\$ 5,6 bilhões no ano passado.

Considerando entretanto a entrada de investimentos estrangeiros diretos que este ano deve alcançar o montante de 16 bilhões de dólares, mais os ingressos financeiros previstos para 1997, não existe qualquer dificuldade para o financiamento do déficit, podendo-se prever inclusive novo aumento de reservas internacionais.

Integração Regional

O processo de interdependência econômica entre as nações é inexorável. O fim da bipolaridade do poder mundial e os progressos tecnológicos fizeram com que o fator econômico supere, hoje, os elementos puramente geo-políticos na conformação das alianças e arranjos estratégicos entre nações.

Não tenho dúvidas de que o Brasil está entre os países com maior potencial para retirar benefícios da globalização. Tem mercado, não tem resistências culturais à integração e conta com um empresariado dinâmico, facilmente adaptável às mudanças requeridas.

O número de acordos de integração pelo mundo aproxima-se de uma centena. A OMC já conta com a adesão de 120 países, estando outros em fase de ingresso, entre eles países do porte da China e da Rússia.

O avanço na integração econômica na América do Sul é uma das prioridades do Brasil e constitui uma etapa para o alcance de objetivos mais ambiciosos fora da região.

O Mercosul representa um universo de quase 200 milhões de pessoas e um PIB que se aproxima de 1 trilhão de dólares. Recentemente, foram assinados acordos comerciais com o Chile e a Bolívia, estando em fase de negociação a celebração de acordos semelhantes com outros países do Pacto Andino.

Desde a criação do Mercosul, o intercâmbio intra-regional elevou-se de US\$ 4 bilhões para mais de US\$ 15 bilhões em 1995. Isto não impediu que o comércio desses países com o resto do mundo tivesse um aumento significativo no mesmo período, superior a 80%.

Conclui-se daí que grande parte do incremento do comércio entre os países do Mercosul não se deveu a “desvio” de comércio em detrimento de terceiros mercados. A sua consolidação não se contrapõe, assim, à inserção de seus membros no contexto mundial.

Quanto a ALCA, os resultados do III Encontro das Américas, realizado em maio passado em Belo Horizonte, confirmaram as teses brasileiras de que as negociações devem avançar num ritmo adequado, tendo como um de seus condicionantes o compromisso por parte dos Estados Unidos de liberar o acesso a seu mercado de algumas barreiras hoje existentes.

Diagnóstico do Setor Industrial

Não obstante os avanços já logrados, diversos setores da economia ainda apresentam uma estrutura produtiva desatualizada, entre eles segmentos tradicionais fortemente empregadores de mão-de-obra.

Devemos ter presente que a indústria brasileira cresceu dentro de uma economia fechada e intervencionista, cujas consequências, apesar das mudanças de rumo operadas nesta década, ainda se fazem sentir.

Como se sabe, a adoção daquele modelo econômico não foi motivada por razões de natureza ideológica, mas sim por crises do setor externo, da mesma forma que em 1929, posteriormente no período que se seguiu a 2ª guerra mundial e mais recentemente por ocasião dos choques do petróleo.

Sem pretender me alongar em análise histórica, o certo é que o processo de substituição de importações, que na época era a única alternativa viável a ser adotada, criou um grande parque industrial no Brasil nas áreas de bens de capital, automobilística, eletrônica, siderurgia, papel e celulose, têxtil, confecções, petroquímica, entre outras.

O que ocorreu foi que dentro de um quadro de economia fechada, muitos setores não se modernizaram e não se preocuparam com a eficiência e a redução de custos.

Em resumo, eu poderia dizer que a solução para grande parte de nossos desafios passa, hoje, necessariamente, pela elevação da competitividade da economia.

O setor industrial, sobretudo a indústria de transformação, por estar mais exposta à competição externa, está entre as atividades econômicas mais afetadas pelas reformas realizadas, em especial a abertura para o exterior, o que explica o moderado crescimento médio do PIB industrial nos últimos anos, da ordem de 3,7%.

A rápida abertura da economia brasileira não foi consequência de opções ideológicas, mas sim da necessidade de adequação às imposições de fatores internos e externos, tal como ocorreu quando da adoção de um modelo de economia fechada.

Seria desnecessário enfatizar que a abertura foi um fator determinante para a reversão do quadro inflacionário.

Por ter sido, porém, realizado em momento de crise, o processo de abertura ocorreu sem um “phasing out” adequado, pegando a indústria despreparada e o Estado descapacitado para administrar seus múltiplos impactos no sistema econômico.

Nos diagnósticos levados a efeito pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo fica evidente:

- que parte da indústria brasileira não acreditou que a política cambial, a estabilidade monetária e a abertura da economia fossem administradas com a firmeza que têm sido, demorando a fazer os ajustes para adquirir maior produtividade com a velocidade necessária;
- que parte da indústria não estava preparada para uma política de globalização e não investiu na formação de associações, joint-ventures e acordos negociais com parceiros estrangeiros;
- que parte da indústria não tinha condições de enfrentar importações que entravam no Brasil com financiamento de 6 meses de carência e juros de 2% a 3% ao ano.

Verificou-se também, no âmbito do setor público, que o Estado não estava preparado para evitar práticas desleais de comércio em nosso mercado, via a aplicação de medidas de salvaguarda, anti-dumping e direitos compensatórios, que são instrumentos próprios da abertura da economia, previstos pela Organização Mundial de Comércio.

Criou-se uma situação em que setores competitivos da indústria brasileira foram fortemente afetados por práticas de dumping e subsídios, principalmente de países que nem mesmo pertencem à OMC.

Constatou-se ainda que a redução das barreiras tarifárias e a eliminação das barreiras não tarifárias em nosso país não foram acompanhadas por contrapartidas de nossos principais parceiros comerciais, de modo a facilitar o acesso das exportações brasileiras para aqueles mercados.

Finalmente, é preocupante constatar que os custos de infraestrutura no Brasil, principalmente os portuários, tributários e previdenciários, são mais elevados que os de outros países com as quais estamos envolvidos em processos de integração regional, em especial o Mercosul.

Paradoxalmente, o infundado receio de volta a uma política protecionista e intervencionista, criou em diversos setores do pensamento nacional uma certa resistência à adoção de medidas de natureza tributária e financeira, visando aumentar a produtividade e a eficiência de setores industriais.

Chega-se a confundir não incidência tributária ou redução da carga tributária com subsídios ou favor fiscal. A expressão “política setorial” passou a ter um conteúdo depreciativo em determinados círculos, o que não se justifica, até mesmo porque, em países desenvolvidos de filosofia liberal, encontramos exemplos deste tipo.

Política Industrial e de Comércio Exterior para os Próximos Anos

A partir deste diagnóstico, é possível ver com clareza as linhas gerais da política industrial e do comércio exterior nos próximos anos:

- A abertura da economia é irreversível.
- Não serão mais toleradas práticas desleais de comércio que destruam a Indústria brasileira.
- Serão mantidas as recentes medidas para evitar o “dumping” financeiro, que se não foi totalmente eliminado, encontra-se bastante atenuado.
- Novas mudanças tarifárias de profundidade não ocorrerão antes do ano 2005. A política tarifária não será ajustada sem ampla participação do setor privado e não haverá concessão sem reciprocidade.
- A expansão e a diversificação das exportações continuarão a ter caráter prioritário.

- As negociação comerciais com nossos principais parceiros para facilitar o acesso de produtos brasileiros àqueles mercados serão conduzidas de forma mais agressiva.
- A política industrial será conduzida através de ações de caráter horizontal para a elevação da competitividade sistêmica e de ações setoriais, com o objetivo de dar suporte à reestruturação dos segmentos mais afetados pela abertura.
- E no plano político, o Governo permanecerá mobilizando a classe política e a sociedade em geral para a realização de reformas que reduzam as ineficiência e os custos que oneram as empresas, reduzindo sua competitividade.

À vista dessas linhas gerais de política, estou seguro de que a economia brasileira possui indiscutíveis potencialidades para acelerar seu ritmo de expansão, melhorar a oferta de empregos e reduzir o desequilíbrio da balança comercial nos próximos anos. Estamos no meio de um processo, onde os benefícios das mudanças operadas ainda não se fizeram plenamente sentir.

Entendo que, a longo prazo, as soluções básicas para o desequilíbrio comercial dependem mais do desempenho da indústria e da economia como um todo, do que das ações na ponta do processo exportador e importador. Isto é, a elevação dos padrões nacionais de competitividade para enfrentar a concorrência no mercado interno será o fator crítico para um melhor desempenho da balança de comércio.

É importante frisar que os condicionamentos externos constituem apenas parte da complexa rede de desafios que temos pela frente.

Devemos admitir, por outro lado, que boa parte de nossas dificuldades deve-se ao fato de que os padrões de produção de nossa economia ainda se encontram defasados relativamente às nações mais modernas e competitivas.

No longo prazo, só será possível ao País elevar a sua participação no mercado internacional se a prioridade conferida ao processo de reformas for traduzida em fatos concretos. Devo manifestar minha plena confiança no alcance desses propósitos.

Senhoras e Senhores

Em um cenário altamente competitivo de globalização da economia, em que associações, partnerships, e acordos comerciais com parceiros estrangeiros se tornam cada vez mais freqüentes, é importante que o processo de concorrência se desenvolva com o mínimo de distorções para o consumidor-final. É por essa razão que ressalto, mais uma vez, a importância deste evento e a oportunidade impar de reunir num corpo tão seletivo e brilhante

de especialistas que, estou certo, contribuirão de maneira decisiva para alargar nosso conhecimento acerca das questões relacionadas ao Direito da Concorrência.

Muito obrigado.